

“Esperança-te! Eu acredito na rapaziada!”: Um debate sobre a resiliência do setor cultural no Brasil.

Jadison Daniel Kila Aquino¹

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da reflexão sobre as formas que a sociedade encontra para manifestar seus pensamentos, suas vivências, suas necessidades e protestar suas felicidades. Hoje, as artes invadiram as telas dos computadores, levando alegria e conforto sem esquecer de clamar por ajuda nesta situação de caos na saúde, na economia, na política, nas relações pessoais e nas solidões do distanciamento social. O objetivo deste trabalho consiste em debater, na censura imposta pela ditadura militar no Brasil e na pandemia de Covid-19 - dois dos principais momentos na história do país em que o setor cultural precisou mostrar resiliência aos (des)mandos políticos e de certa forma, com apoio de grande parte da população brasileira mais conservadora.

Ninguém está tão só quando ouve uma música, assiste um filme, lê um poema ou sonha com um musical. A manifestação artística em sua essência, tem o poder de chamar a atenção do público para pedir um mundo mais justo e transmitir a mensagem de esperança. Desde a música do sertão, o forró do nordeste, o samba carioca, a vaneira gaúcha... todos têm suas concepções na genuína forma de expressão que aquele determinado povo encontrou para, do seu jeito, contar sobre sua vida ao longo da história.

2. A CENSURA NA DITADURA MILITAR DO BRASIL

Assim como em outras épocas, durante a ditadura militar, o campo das artes e representações culturais (a chamada cultura de protesto -música, cinema, literatura, artes plásticas, etc - elaborada por artistas e intelectuais que, através de sua arte e de seu humor, criticavam a censura e o regime) estavam entre os

¹ Graduando em Direito, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, Brasil; jadisonaquino.aluno@unipampa.edu.br

segmentos sociais mais visados pela repressão, pois influencia o comportamento dos membros da sociedade e são ferramentas facilitadoras na transmissão de mensagens, e não é do interesse do ditador a propagação de sentimentos contrários ao seu poder e respectivamente, a diminuição do seu controle social. Logo, a censura de materiais contrários ao regime era essencial para a manutenção da ordem implantada.

A censura, assim como a repressão artística, teve diferentes fases durante o regime. Os primeiros anos após o golpe foram de **relativa** liberdade de expressão. A repressão ainda tinha seus limites, refletindo a linha do marechal Castello Branco. Com o endurecimento do regime, após 1968, a resistência cultural passou por maus lençóis.



Fonte: <http://me/moriasreveladas.gov.br/campanha/censura-nas-manifestacoes-artisticas>

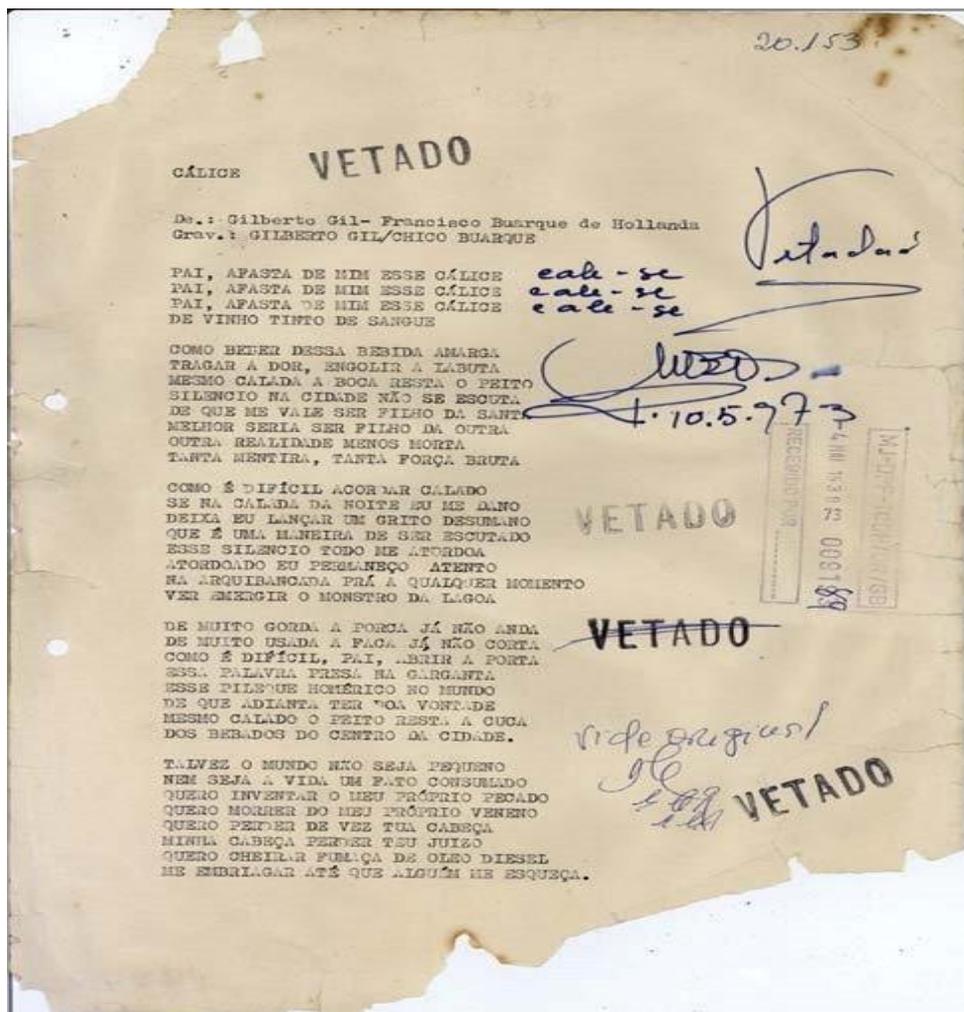
O Decreto-Lei nº 1.077 de 1970 instituiu a censura prévia, exercida por uma equipe de “censores” que instalavam-se na redação dos jornais e revistas e decidiam o que poderia ou não ser publicado. Outra opção, era que estes veículos enviassem com antecedência o que pretendiam publicar para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília. O controle da imprensa, que já havia sido regulamentado pela Lei nº 5.250/67 (a “Lei de Imprensa”), restringia a liberdade de expressão, obviamente, e tornou-se mais crítica com a edição do **AI-5**, bem como com a do Decreto-Lei nº 898 (a “Lei de Segurança Nacional” ou “LSN”), de 29 de setembro de 1969, complementada no ano seguinte pelo Decreto-Lei nº 1.077.

*"Acorda, amor/Eu tive um pesadelo agora,/Sonhei que tinha gente lá
fora,/Batendo no portão, que aflição!"*

(Música “Chama o ladrão”, em 1974, de autoria de Chico Buarque sob a alcunha de “Julinho da Adelaide” por medo da repressão).

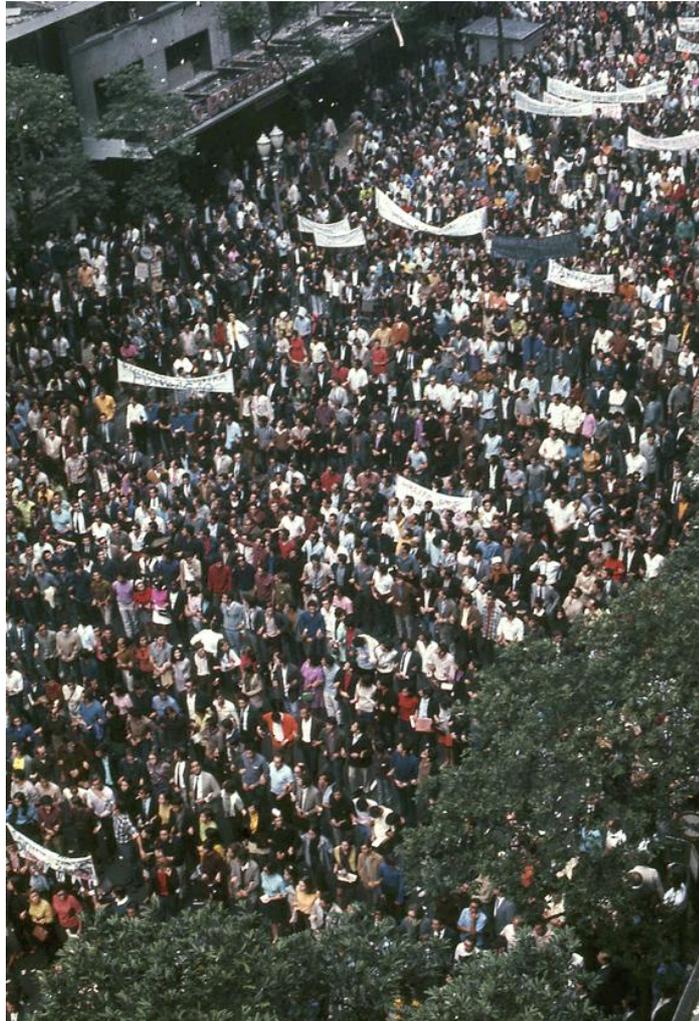
Este Decreto deu-se no meio de (mais um) momento de extrema opressão e violência da história do país, - a ditadura militar - que por 20 anos, configurou no Brasil um peculiar sistema de controle social, visando garantir o sucesso do projeto político ditatorial e a manutenção da ordem social (“pela família, pela moral e pelos bons costumes”) almejada. O **controle social** constitui um dos temas centrais da sociologia, e, no contexto referido, deu-se aos processos de **repressão** (essa forma essencialmente ilegítima de punir), **vigilância** (muito útil para o controle da sociedade, pois muitas pessoas tendiam a não contestar o regime por medo de serem identificados e punidos), etc.

Importante salientar que problemas sociais e econômicos também tinham restrições em sua divulgação, para evitar supostos estragos à imagem do país. Um exemplo significativo foi a censura ao noticiário referente à epidemia de meningite que ocorreu no Brasil em 1974 (qualquer semelhança com a atualidade seria mera coincidência?).



Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/a-censura-que-proibiu-milton-nascimento-chico-buarque-16966317>

Ainda assim, a repressão oficial não impediu que os mais variados grupos sociais se mobilizassem em reação aos (des)mandos dos militares. Ao contrário, à medida que as censuras se afluavam, os movimentos de resistência se radicalizaram, como na Passeata dos Cem Mil e no crescimento de grupos armados.



Fonte: <https://blogdoims.com.br/a-passeata-dos-cem-mil-de-junho-de-1968/>²

Também no teatro, muitas apresentações adotaram um forte teor revolucionário. Nos palcos do Opinião, Oficina e Arena, espetáculos eram montados em represália ao limites políticos da época e ao conservadorismo. Contudo, com as determinações do AI-5, muitas companhias de teatro foram extintas, o que não invalidou a força combativa de tais importantes encenações.

² Imagem de David Drew Zingg na passeata (fonte do acervo IMS)

Na área musical, durante o cenário político em tela, configurou-se o esplendor da produção musical no Brasil. Compositores e cantores como Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil entre outros, elevaram o cenário e o nível de criatividade da música nacional. Boa parte dessa produção foi motivada pela resistência à repressão, que cerceava, pelos dos meios mais perversos, as liberdades artísticas.

O Tropicalismo foi um dos movimentos mais representativos do período. Recheados de duplo propósito a se posicionar criticamente à Ditadura, sem deixar de lado o pensamento de formação de uma identidade nacional, os tropicalistas se ganharam destaque ao defender a importância do intercâmbio com outras culturas do mundo. Ao mesmo tempo em que se posicionaram criticamente ao “imperialismo econômico norte-americano”, por outro se utilizavam da “estrangeira” guitarra elétrica.

Os festivais de música se mostravam com um espaço inestimável para expressão artística e política. Neles, tantos compositores encontraram uma “válvula de escape”, nos quais a censura governamental parecia ser, mesmo que momentaneamente, um tanto menos furiosa. Os grandes festivais eram transmitidos por grandes emissoras de televisão da época, como a TV Excelsior, Record e Globo.

Os agentes da cultura de protesto, com certa bravura “heróica”, permaneceram nas margens e tornaram a aflorar nos últimos anos da ditadura, sobretudo com o fim da censura, mas sem a relevância que fora a sua logo depois da vitória do golpe. Mudaram o País, e radicalmente ensejando no mesmo movimento a mudança dos padrões culturais.

3. A ATUAL POLÍTICA SOBRE CULTURA NO BRASIL

Contemporaneamente, a censura às manifestações culturais, ainda tem sido fator de grande preocupação no país. O Censurômetro, pesquisa criada por agentes culturais brasileiros, apontava no final de 2019 mais de 150 iniciativas censuradas oficialmente entre 2016 e 2019 por entidades públicas e privadas³. O ano de 2020

tem desde seu início lutas no setor cultural contra a diminuição drástica de investimentos federais e com o pior índice de investimentos dos últimos 30 anos. Antes disso, a extinção do Ministério da Cultura, em 2016 e novamente em 2018 são marcados pelo ataques por muitos dos seguidores do atual governo a partir de um discurso criminalizador do fazer cultural. A enxurrada de *fake news* sobre a Lei Rouanet⁴, ferramenta indispensável para a captação de recursos e realização de bons projetos culturais, foi uma das principais bandeiras da base governista de Jair Bolsonaro e seus apoiadores.

Diversas foram as tragédias, desde a polêmica tentativa da extinção do ingresso de meia entrada para estudantes, o sucateamento da Ancine (Agência Nacional de Cinema), as perdas inestimáveis nos incêndios do Museu Nacional e da Cinemateca e o aparelhamento ideológico e religioso nas escolhas dos responsáveis pelas pastas culturais são apenas alguns dos exemplos.

Em um artigo sobre a atuação político-cultural do atual governo federal, o estudioso Albino Rubim, aponta:

“O campo cultural tem sido agente ativo do processo de luta democrática no país desde 2016, atuando contra o golpe de 2016; contestando a gestão Temer entre 2016-2018; apoiando em 2018 a candidatura presidencial de Lula e, após sua interdição arbitrária, a candidatura de Fernando Haddad; fazendo oposição ao candidato (2019) e depois à gestão Messias Bolsonaro (2019 em diante)”

[...]

“A gestão Bolsonaro elegeu a cultura como inimiga, em conjunto com a educação, as ciências, as artes, as universidades públicas e os temas relativos às chamadas minorias, em especial às manifestações de gênero, afro-brasileiras, LGBT e dos povos originários. No caso da cultura, o governo se caracteriza pelas agressões às liberdades de

³ A cultura em tempos de pandemia Covid 19: políticas públicas e emergências. Disponível em: <https://culturaemercado.com.br/cultura-em-tempos-de-pandemia-covid-19-politicas-publicas-e-emergencias/>. Acesso em Setembro de 2021.

⁴ Sancionada em 1991, a Lei 8.313 logo ganhou um nome famoso: Lei Rouanet. Com um mecanismo simples, ela foi elaborada para fomentar a cultura em vários níveis e facilitar a consolidação de patrocínios.

criação e de expressão, pela volta da censura; pelo desmonte das instituições culturais; pela demonização da cultura e das artes e pela deliberada intenção de asfixiar financeiramente a cultura.”⁵(grifei)

Recentemente, já no ano de 2021, a Ordem dos Advogados do Brasil apresentou à 1ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Distrito Federal, uma Ação Civil Pública⁶ contra atos do governo Jair Bolsonaro que “têm por objetivo declarado o desmonte da cena cultural no país”. Aponta que “ilegais limitações e indevidas intervenções” na aprovação de projetos submetidos à Lei Rouanet representam “evidente dano ao patrimônio público e social”. O primeiro ato do governo federal questionado pela OAB é a meta estabelecida pela Secretaria Especial de Cultura de análise mensal de 120 novas propostas dentro da Lei Rouanet por mês, com 1.440 avaliações por ano.

Outro ponto debatido na exordial do processo citado é a nomeação de pessoas sem perfil técnico no comando da secretaria. "Em menos de três anos de governo, a pasta já foi assumida por seis secretários distintos. O primeiro, Henrique Pires, deixou o cargo por não concordar com o que ele mesmo chamou de 'censura', foi substituído interinamente por José Paulo Martins e, em sequência, pelo economista Ricardo Braga, sem experiência no setor cultural." A entidade também critica a gestão de Roberto Alvim, Regina Duarte e do atual secretário, Mário Frias.

Sobre o financiamento estatal às artes, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, no livro “A cultura no mundo líquido moderno”, refere que há um consenso de que a ajuda do Estado é bem-vinda e até necessária. Ainda:

“[...] O foco do “Estado cultural”, um Estado inclinado à promoção das artes, precisa concentrar-se em garantir e colaborar para o encontro permanente entre os artistas e seu “público”. É nesse tipo de encontro que as artes de nossa época são concebidas, geradas, estimuladas e realizadas. É em nome desse tipo de encontro que iniciativas artísticas e performativas locais, “face a face”, precisam ser estimuladas e apoiadas. Como tantas outras funções do Estado contemporâneo, o patrocínio da criatividade cultural espera urgentemente o subsídio”⁷

⁵ Antonio Albino Canelas Rubim - La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro. Disponível em: <https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/Alte/article/view/1208/1281>. Acesso em Setembro de 2021.

⁶ Ação Civil Pública tombada sob o número 1027677-70.2021.4.01.3400. Disponível em: <https://s.oab.org.br/arquivos/2021/05/5fd4cf51-2104-46b1-8d5c-2feddb32d45e.pdf>

5. A PANDEMIA DE COVID-19 E O IMPACTO NA CULTURA BRASILEIRA

Segundo pesquisa publicada em 2019, estima-se que o Brasil conta com mais de 5 milhões de trabalhadores da cultura de acordo com dados do IBGE⁸. A produção do setor é responsável por mais 5% do PIB nacional e vinha apresentando um crescimento estimado de mais de 9% ao ano. O Banco Mundial estima que a cadeia produtiva da cultura foi responsável por 7% do PIB do planeta em 2008. Porém, com a chegada da Covid-19, a crise no setor bateu na porta. Projetos parados, espaços culturais fechados, patrocínios e contratos encerrados, enfraquecimentos sucessivos como um tsunami em todos os níveis do setor cultural. Os primeiros afetados foram os trabalhadores da cultura informais e os técnicos - os desde sempre mais precarizados.

Para dimensionar a crise provocada pela pandemia nos setores cultural e criativo no país, foi realizada uma pesquisa entre julho e setembro de 2020 em todo o território nacional⁹. O levantamento foi capitaneado pela UNESCO no Brasil, juntamente com o Serviço Social do Comércio (SESC), da Universidade de São Paulo (USP), do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e de 13 Secretarias Estaduais de Cultura.

De acordo com o estudo, as artes cênicas foram as mais afetadas, com perda total de receita para 63% dos profissionais. Ainda segundo a pesquisa, nesse setor, a maioria dos artistas que atuam na área de circo (77%), em casas de espetáculo (73%) e no teatro (70%) perderam a totalidade de suas receitas entre maio e julho. Entre as Unidades da Federação, o Distrito Federal registrou as maiores perdas

⁷ BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno Disponível em:

https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=C3PTDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=a+cultura+no+mundo+l%C3%ADquido+moderno+bauman&ots=_ZPTYHsKDj&sig=1iZKq0CS18fvzAHPKC8tTt1JcvU#v=onepage&q&f=false. Acesso em outubro de 2021.

⁸ Setor cultural ocupa 5,2 milhões de pessoas em 2018, tendo movimentado R\$ 226 bilhões no ano anterior. Acesso em outubro de 2021.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26235-siic-2007-2018-setor-cultural-ocupa-5-2-milhoes-de-pessoas-em-2018-tendo-movimentado-r-226-bilhoes-no-ano-anterior>. Acesso em Setembro de 2021.

⁹ Pesquisa de percepção dos impactos da COVID-19 nos setores cultural e criativo do Brasil. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375069?posInSet=13&queryId=341e9048-f941-45cf-8445-efdb43251ed0>. Acesso em outubro de 2021.

totais de receita entre maio e julho (59,2%), enquanto o Mato Grosso do Sul registrou o menor percentual (16%).

Ainda, outros dados obtidos ajudam a dimensionar, entre as respostas da pesquisa, dados alarmantes sobre a situação agravada pela pandemia. No período de março a julho, quase 50% dos respondentes não receberam **nenhuma** renda. Além disso, mais de 60% dos respondentes têm renda entre as faixas de 0 a 3 salários-mínimos. A principal função desempenhada é a de artista, com 38,87%. Para 18,41% dos respondentes, a renda que recebem com o trabalho no setores cultural e criativo compõe entre 40% e 50% da renda familiar. É de ressaltar que 18,34% dos respondentes têm a receita oriunda dos setores cultural e criativo como **única** renda da família.

Mesmo aqueles que ainda tinham recursos, tiveram que parar ou se adaptar rapidamente. De um dia para o outro, grande parte do setor passou a integrar a grande fatia da população desempregada e sem renda. Ainda, por ser justamente um setor que depende de público e aglomeração de pessoas, passados mais de 18 meses, recém pode-se ver no horizonte uma previsão (longínqua) de retorno de atividades.

É nesse contexto – da guerra de um governo contra à arte, do desmonte dos já escassos recursos de incentivo à cultura, à proibição das aglomerações, com a imposição do isolamento social –, a música, o teatro, a dança, a literatura, a arte em geral, foram se consolidando como canais de escape da solidão, alimento pra alma, alento e saudade de outros tempos.

No levantamento realizado pela Unesco supracitado, mais de 85% responderam que seu serviço/produto cultural pode ser oferecido por meio digital, parcial ou totalmente. Por suportes já consagrados, como os livros, os CD's, DVD's, etc, mas principalmente através da internet (ou ainda nas janelas e varandas das casas) que espalhou-se pelos compartilhamentos de gravações caseiras, de lives, de escritos em redes sociais, de produções amadoras e profissionais que povoaram e vêm preenchendo a vida dos internautas. Muitos desses encontros virtuais vêm emocionando, permitindo trocas interpessoais (ainda que não presenciais), alimentando a confiança e a esperança de tempos melhores por vir.

6. CONCLUSÃO

O homem do sertão clamando pela chuva no árido, o carioca sambando na favela que foi jogado desde abolição da escravidão, a escola de samba que faz enredo colocando os verdadeiros heróis da história do Brasil cantando "eu quero o Brasil que não tá no retrato", o rock nacional no final da ditadura questionando "que país é esse?", são diversos os exemplos de formas que a arte deu voz ao seu povo na nossa história. Neste momento, o povo brasileiro dança entre 4 paredes, vai ao teatro no seu sofá e pula no show de seu aplicativo de música, graças à resiliência de tantos produtores culturais que não titubearam na adaptação aos novos meios de propagação da esperança. Como bem dizia o poeta Gonzaguinha: "Eu acredito é na rapaziada"! A máscara logo sumirá dos nossos rostos, mas nunca a esperança de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A cultura em tempos de pandemia Covid 19: políticas públicas e emergências. Disponível em: <https://culturaemmercado.com.br/cultura-em-tempos-de-pandemia-covid-19-politicas-publicas-e-emergencias/>. Acesso em Setembro de 2021.

Ação Civil Pública tombada sob o número 1027677-70.2021.4.01.3400. Disponível em: <https://s.oab.org.br/arquivos/2021/05/5fd4cf51-2104-46b1-8d5c-2feddb32d45e.pdf>

Antonio Albino Canelas Rubim - La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro. Disponível em: <https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/Alte/article/view/1208/1281>. Acesso em Setembro de 2021.

BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=C3PTDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=a+cultura+no+mundo+l%C3%A0+moderno+bauman&ots=_ZPTYHsKDj&sig=1iZKq0CS18fvzAHPKC8tTt1JcvU#v=onepage&q&f=false. Acesso em outubro de 2021.

Pesquisa de percepção dos impactos da COVID-19 nos setores cultural e criativo do Brasil. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375069?posInSet=13&queryId=341e9048-f941-45cf-8445-efdb43251ed0>. Acesso em outubro de 2021.

Setor cultural ocupa 5,2 milhões de pessoas em 2018, tendo movimentado R\$ 226 bilhões no ano anterior. Acesso em outubro de 2021.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26235-siic-2007-2018-setor-cultural-ocupa-5-2-milhoes-de-pessoas-em-2018-tendo-movimentado-r-226-bilhoes-no-ano-anterior>. Acesso em Setembro de 2021.